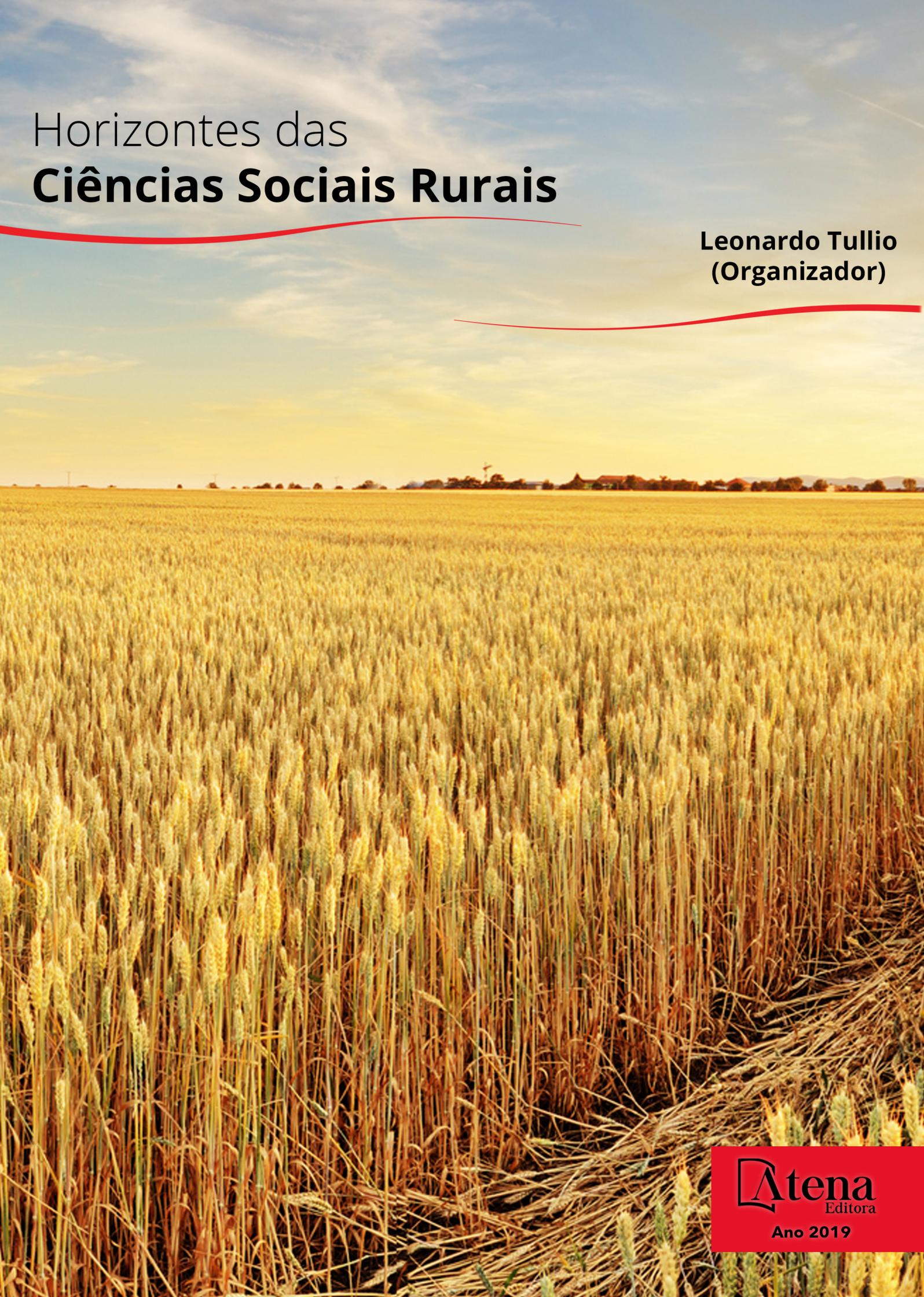


Horizontes das **Ciências Sociais Rurais**



**Leonardo Tullio
(Organizador)**



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-130-5

DOI 10.22533/at.ed.305191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Horizontes das Ciências Sociais Rurais” aborda em seu primeiro Volume uma apresentação de 19 capítulos, no qual os autores tratam sobre a questão da gestão e extensão no meio rural, analisando e discutindo cenários atuais no agronegócio.

Conhecer sobre os conceitos e possibilidades de gestão como sendo ferramentas para estudos sobre este tema vem sendo amplamente discutido, contudo, conhecer as formas de atuação e as políticas envolvidas tornam-se pontos essenciais para desenvolver a crítica construtiva sobre os problemas rurais. Assim, o papel da ciência social está cada vez mais transformando o meio rural.

Transmitir conhecimento e resolver problemas da sociedade é papel de todas, mas nem sempre é possível. A ciência é responsável por gerar conhecimento e tornar o indivíduo crítico sobre o ponto de vista analisado, portanto, adquirir conhecimento exige tempo e crítica é construída com isso.

Por fim, espero trazer conhecimento nesses artigos e incentivar a discussão e entendimento sobre o tema. Bons estudos.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PERCEPÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUIÇÕES FORMAIS	
<i>Noellen Silva Amorim Feuser</i>	
<i>Carlo Otávio Zamberlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918021	
CAPÍTULO 2	20
A TEORIA DA INCOMPLETUDE E OS CONTRATOS NO AGRONEGÓCIO	
<i>Débora Mara Correa de Azevedo</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918022	
CAPÍTULO 3	34
EMPREENDEDORISMO RURAL: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE EM ASCENSÃO!	
<i>Tatielle Belem Langbecker</i>	
<i>Alessandro Porporatti Arbage</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918023	
CAPÍTULO 4	52
AS FUNÇÕES PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NA CHAPADA DIAMANTINA, SEMIÁRIDO DA BAHIA	
<i>Gustavo Bittencourt Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918024	
CAPÍTULO 5	68
AGRICULTOR GESTOR OU AGRICULTOR OPERACIONAL? NÍVEL GERENCIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS DE SERTÃO – RS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Elisane Roseli Ulrich Zanelato</i>	
<i>Josieli Furlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918025	
CAPÍTULO 6	84
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS: ANÁLISE SISTÊMICA PARA PROPRIEDADES RURAIS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Vanusa Rossetto</i>	
<i>Géssica Giotti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918026	
CAPÍTULO 7	101
HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONJUNTURA DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E O CASO DE FLORIANO PEIXOTO	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Luzana Giaretta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918027	

CAPÍTULO 8	117
VALUATION DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E PREÇO DE ADESÃO À SOCIEDADE	
<i>Bruno José Canassa</i>	
<i>Davi Rogério de Moura Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918028	
CAPÍTULO 9	134
A POLITICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO	
<i>Francisco Clesson Dias Monte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918029	
CAPÍTULO 10	148
PROTAGONISMO E COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL (OCS) NO SUL GAÚCHO	
<i>Fabiana da Silva Andersson</i>	
<i>Fernanda Novo da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180210	
CAPÍTULO 11	161
APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL	
<i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
<i>Carlos Francisco Bitencourt Jorge</i>	
<i>Carlos Eduardo Moreno dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180211	
CAPÍTULO 12	181
ACORDO COMERCIAL MERCOSUL / UE: IMPACTOS NAS IMPORTAÇÕES DO PARAGUAI	
<i>Victor Ramón Enciso Cano</i>	
<i>Manuela Castillo Quero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180212	
CAPÍTULO 13	197
BIODIESEL POLICY AND RAW MATERIAL ACQUISITION IN PARANÁ STATE: A CASE ABOUT BRAZILIAN BIODIESEL NATIONAL PROGRAM	
<i>Manoela Silveira dos Santos</i>	
<i>Cristiano Stamm</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180213	
CAPÍTULO 14	213
INDICADORES DE VANTAGEM COMPARATIVA DAS REGIÕES DO BRASIL	
<i>Luana Vaniely de Oliveira</i>	
<i>Adonias Vidal de Medeiros Júnior</i>	
<i>Meire Eugênia Duarte</i>	
<i>Genivalda Cordeiro da Costa</i>	
<i>Ana Cristina Nogueira Maia</i>	
<i>Gerlânia Maria Rocha Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180214	

CAPÍTULO 15	229
CONDICIONANTES E ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Graziela Corazza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180215	
CAPÍTULO 16	239
A EVOLUÇÃO COMÉRCIO AGROLIMENTAR MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO POLO AÇU- MOSSORÓ: UMA ABORDAGEM DE REDES	
<i>Thales Augusto Medeiros Penha</i>	
<i>Paulo Ricardo da Silva Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180216	
CAPÍTULO 17	255
SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO E A PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: O CASO DA EMBRAPA	
<i>Karine Daiane Zingler</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180217	
CAPÍTULO 18	270
A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO RURAL PARA A GESTÃO DO COOPERATIVISMO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE DO PARANÁ	
<i>Fábio Corbari</i>	
<i>Wilson João Zonin</i>	
<i>Vinícius Mattia</i>	
<i>Marcos Roberto Pires Gregolin</i>	
<i>Patrícia Inês Costa</i>	
<i>Jefferson dos Santos Vorpapel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180218	
CAPÍTULO 19	286
POBREZA: CONCEITOS, ABORDAGENS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO FENÔMENO NO ESPAÇO RURAL	
<i>Daiane Loreto de Vargas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180219	
SOBRE O ORGANIZADOR	298

PROTAGONISMO E COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL (OCS) NO SUL GAÚCHO

Fabiana da Silva Andersson

Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Cidade de Goiás
Goiás – Goiás

Fernanda Novo da Silva

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus Dom Pedrito
Dom Pedrito – Rio Grande do Sul

RESUMO: O estudo em tela objetiva-se a analisar o processo de construção da OCS – RS 03 integrada à Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. Para tanto, nos utilizamos de metodologias de cunho qualitativo, por meio do estudo de caso, aplicando as técnicas de questionários semiestruturados e observações participantes em 100 (cem) agricultores familiares de base ecológica vinculados à citada cooperativa. Considerando os processos atinentes à aprovação, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Projeto de Certificação executado nos meses de abril à agosto de 2010, logo, da criação da OCS – RS 03, identificou-se os agricultores familiares ecologistas integrados à cooperativa como os principais protagonistas do controle social tanto na instituição cooperada, quanto nas dinâmicas atinentes à execução dos mercados institucionais operados nos municípios de

Pelotas/RS e região. Assim, evidencia-se que a participação ativa dos principais atores sociais da produção familiar de base ecológica, através de formalização de um Organismo de Controle Social (OCS) nas bases da cooperativa, garante a qualidade orgânica dos produtos, quer dizer, proporciona práticas de controle social em conformidade não apenas com a legislação vigente, mas, sobretudo, com as experiências próprias das agriculturas de base ecológica.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; certificação; cooperativismo.

ABSTRACT: The on-screen study aims to analyze the construction process of OCS-RS 03 integrated to *Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.* For this, we used qualitative methodologies, through the case study, applying the techniques of semistructured questionnaires and participant observations in 100 (100) ecologically based family farmers linked to the aforementioned cooperative. Considering the processes related to the approval, with the *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento* (MAPA), of the Certification Project executed from April to August 2010, soon after the creation of OCS - RS 03, the family farmers ecologists integrated to the cooperative as the main protagonists of social control both in the cooperative institution and in the dynamics related to the execution of

the institutional markets operated in the municipalities of Pelotas/RS and region. Thus, it is evident that the active participation of the main social actors of the ecologically based family production, through the formalization of a Social Control Body (OCS) at the cooperative bases, guarantees the organic quality of the products, that is, social control in accordance not only with current legislation, but, above all, with the experiences of ecologically based farms.

KEYWORDS: Agroecology; certification; cooperatives.

1 | INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem, nos últimos anos, ganhando importância não apenas nas esferas públicas e acadêmicas, mas, sobretudo, no que concerne aos mercados. Sua crescente centralidade na produção de matérias-primas e no abastecimento alimentar das populações viabiliza, cada vez mais, a elaboração de políticas públicas e programas governamentais pautados em um modelo de desenvolvimento local, como é o caso dos mercados institucionais.

Por mercados institucionais, Grisa (2009) compreende aqueles configurados por redes de atores e organizações que tem no Estado seu principal consumidor – compras públicas. Quer dizer, o governo adquire os produtos oriundos da agricultura familiar e os direciona as populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

Dentre os principais mercados institucionais operacionalizados no sul do Estado do Rio Grande do Sul estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através das modalidades de doação simultânea e formação de estoques, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora ambos os programas tenham por público beneficiário os agricultores familiares, sua operacionalização difere de forma significativa. Por exemplo, enquanto no PAA as aquisições são realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no PNAE são os municípios e as próprias escolas, através dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que lançam as chamadas públicas para a efetivação das compras.

No entanto, independentemente do programa, a aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, mormente da agricultura familiar de base ecológica – que desenvolvem modelos de agricultura próprios da Agroecologia (CAPORAL, 2009) – somente é realizada quando da certificação desses produtos. Para Vian e Sacco dos Anjos (2007), os processos de certificação dos produtos das agriculturas de base ecológicas se apresentam, em grande medida, como estratégias que restringem o acesso da agricultura familiar aos diferentes mercados, haja vista seus pressupostos altamente burocráticos e onerosos.

Destarte os conhecidos sistemas de certificação por auditoria no Brasil, a Lei Federal nº. 10.831/2003, que regulamenta a produção orgânica de alimentos, bem

como determina que os produtos oriundos de modelos de agricultura de base ecológica, para fins de comercialização, precisam da certificação, e suas instruções normativas, possibilitaram outros caminhos à certificação, como a certificação participativa e o controle social para a venda direta – foco de nosso estudo.

Para Souza e Gomes de Moura (2010), a venda direta é aquela realizada sem a presença de quaisquer intermediários. Neste contexto, é o próprio produtor/agricultor quem assume o papel de vendedor, comercializando diretamente seus produtos ao consumidor final. Sendo ele quem garante a “qualidade” do produto vendido, também estabelece, por meio do diálogo e da convivência com os consumidores, o “valor” atribuído aos seus produtos. Por este motivo, a venda direta é normalmente realizada em feiras de agricultores familiares. Todavia, situações onde se incluem as aquisições realizadas pela Conab, por meio do PAA, quando para doações de alimentos, e, por escolas e prefeituras para o atendimento da alimentação escolar no âmbito do PNAE, também vale essa regra (SOUZA & GOMES DE MOURA, 2010).

É importante destacar nos contextos de venda direta que, sendo esta proveniente de modelos de agricultura de base ecológica, precisa, necessariamente, passar pelos processos de certificação, conforme já comentado. No entanto, para estes casos, a Instrução Normativa n.º 19/2009 abre uma exceção, possibilitando aos agricultores familiares ecologistas proceder à certificação orgânica por meio do “controle social para venda direta”. Aqui, eles não recebem um “selo” que identifique o produto como “orgânico”, porém, são autorizados para ilustrar em pôsteres, banners e nos rótulos dos produtos a frase: “produto orgânico não sujeito à certificação nos termos da Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003” (BRASIL, 2007).

Ainda assim, para obter a “certificação” por meio do controle social para venda direta, é imprescindível que os agricultores se vinculem a um Organismo de Controle Social (OCS), como associações, cooperativas, grupos de agricultores, com ou sem personalidade jurídica, que congreguem agricultores familiares de base ecológica, a exemplo da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda., com sede no município de Pelotas/RS, que conformou a OCS RS – 03 – caso que teremos em tela neste artigo.

A este respeito, torna-se imperioso esclarecer que a pesquisa se situa na porção meridional do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, especialmente nos municípios de Arroio do Padre, Pelotas e São Lourenço do Sul, tendo por objetivo analisar o processo de construção da OCS – RS 03 integrada à Cooperativa Sul Ecológica. Para tanto, elegeu-se metodologias de cunho qualitativo, através da modalidade de estudo de caso, questionários semiestruturados e observações participantes, que foram empregados no decorrer dos meses de abril a agosto de 2010 ao público da citada Cooperativa, os agricultores familiares de base ecológica, totalizando um universo empírico de 100 (cem) interlocutores.

Embora a ocorrência da pesquisa no decorrer do ano de 2010, é válido esclarecer que os autores possuem certa proximidade com o universo empírico. Em verdade, as

colaborações postas nesta relação se estendem até os dias atuais, sendo subsídio para variados trabalhos. Por este motivo, tem-se que os resultados desta pesquisa representam, ao fim e ao cabo, o fio que conduz os agricultores familiares de base ecológica e a Cooperativa Sul Ecológica nos processos de certificação em vigor.

Além desta breve introdução, o estudo em questão possui outras quatro seções. Iniciaremos com um resgate histórico da agricultura familiar ecologista. Posteriormente, apresentaremos as formas de organização da cooperativada, enfocando a comercialização dos produtos dos cooperados. Na sequência, discutiremos os processos de controle social engendrados pela agricultura familiar de base ecológica. E, por último, resgataremos os principais elementos do texto, compondo, a partir destes, as considerações finais.

2 | DA AGRICULTURA FAMILIAR AO CONTROLE SOCIAL – UM RESGATE HISTÓRICO

Ao contrário do que ocorreu em outras regiões do Brasil, onde os processos de migração eram difundidos como meio de garantir mão-de-obra necessária para as áreas de cultivo já instituídas, no sul do país, Grandó (1990) esclarece que se estabeleceram núcleos de colonização. Para Becker (2011), a chegada dos imigrantes (principalmente os de origem alemã e pomerana) à Serra dos Tapes alterou significativamente a estrutura organizacional da região.

Conforme explana Salamoni (2001), a Serra dos Tapes se localiza no interior dos atuais municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, tendo como características principais a presença de matas e topografia irregular. Nesta perspectiva, compreende-se que as propriedades antes direcionadas à exploração extensiva, neste espaço se organizaram em pequenas explorações (trabalho familiar e diversidade produtiva) – próprias do que hoje se reconhece por agricultura familiar – que em muito contribuíram para a economia local.

É válido elucidar que, neste trabalho, a agricultura familiar é compreendida como uma forma social de produção cujos traços construtivos estão próximos àqueles estudados por Gasson e Errington (1993, p. 20), em que:

a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e, finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

A agricultura familiar no território sul rio-grandense teve avanços importantes no que tange à organização e ao trabalho comunitário nas comunidades rurais. Na visão de Andersson *et al.* (2013), o ápice de tais avanços ocorreu com a atuação, nas

décadas de 1980 e 1990, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Diocese de Pelotas e do antigo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), atual Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Tais instituições, em grande medida, auxiliaram no surgimento de dezenas de associações comunitárias, como a da localidade de Faxinal, interior de São Lourenço do Sul.

Destaca-se que as principais pautas de mobilização destas instâncias se centravam, basicamente, na aquisição de insumos e na comercialização coletiva da produção. Outras questões como a farmácia caseira e o que então se denominava “agricultura natural/alternativa”, foram trabalhados marginalmente. Ora, a proposta inicial condizia com a possibilidade de ampliação e à diversificação dos espaços destinados à produção. De acordo com um dos interlocutores (n.º 11),

[...] a gente não tinha quase alimento, a batatinha, era assim ó [pequena], a gente arrancava cinco pés de batatinha pra ter uma mão. Feijão, tu não colhias mais, dava ferrugem ou alguma doença. E a sementinha, já vinha uns grãosinhos que nem dava pra ver, era tudo doente. Aí entrou a recuperação do solo e a semente selecionada. Eles nos levaram pra Embrapa, pra conhecer a Embrapa, onde forneciam semente. Várias vezes a gente viajou [...]. A gente teve o apoio do CAPA [Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia], que tem os agrônomos, né. Vieram conscientizando a gente, e aí a gente tomou essa iniciativa plantando pro consumo próprio, e aí depois também teve sobras, né. [...]

Da evolução do trabalho associativo nasceram os primeiros órgãos com caráter integrador, como a UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu), criada em 1988, em Canguçu, e a COOPAR (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda.), fundada no Interior de São Lourenço do Sul no ano de 1992. Ambas as entidades tinham como propósito atuar na diminuição dos custos de produção e eliminar a figura do intermediário.

Nesta trajetória, alguns agricultores demonstraram particular interesse nas questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde, não unicamente da família, mas, também, daqueles que consumiam os alimentos produzidos com uma carga cada vez maior de agroquímicos. Deste modo, com a orientação técnica do CAPA e da CPT, surgem os núcleos pioneiros na produção sem o uso de agrotóxicos – a então denominada produção ecológica. Estes agricultores, com o tempo, fundaram uma associação regional, a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPASUL) que, em 1995, iniciou suas atividades com um ponto de feira-livre ecológica no município de Pelotas/RS.

Com o volume crescente da produção de base ecológica, as feiras-livres, embora tenham aumentado o número de pontos de comercialização, não mais absorviam a totalidade dos produtos cultivados. Como alternativa, se iniciaram projetos pilotos como, por exemplo, o da “Merenda Escolar Ecológica” implantado, a partir do ano de 2000, em algumas escolas da rede estadual de ensino público, no município de São Lourenço do Sul. Entretanto, vários foram os problemas que surgiram de ordem legal

quando da comercialização dos produtos “ecológicos” (BECKER et al., 2007). Como exemplo, cita-se a ausência de alguns documentos necessário: Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), talão de produtor rural, documentos básicos de identificação (CPF, RG/CI), entre outros.

A ampliação do cultivo de base ecológica – inclusive com a adesão de inúmeras novas famílias e a criação de vários grupos de agricultores de base ecológica em São Lourenço do Sul, Canguçu e Pelotas neste período – aliada ao entrave comercial anteriormente mencionado, culminou na constituição de uma cooperativa de abrangência territorial, a qual será apresentada na sequência.

3 | UMA COOPERATIVA REGIONAL DE AGRICULTORES FAMILIARES DE BASE ECOLÓGICA

Da conjuntura social acima descrita é que surge a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. Fundada no dia 03 de dezembro de 2001, no município de Pelotas/RS – local de sua sede –, a Cooperativa conta, atualmente, com um expressivo número de agricultores familiares (145 famílias cooperadas), divididos em 24 núcleos de produção, em oito municípios da microrregião de Pelotas.

De acordo com o segundo artigo de seu Estatuto Social, a cooperativa visa congrega agricultores familiares praticantes da Agricultura Ecológica e organizá-los em núcleos de, no mínimo, 05 (cinco) famílias, a fim de promover a ampla defesa dos interesses econômicos, a integração, a solidariedade e o crescimento social e cultural dos associados (Figura 01).

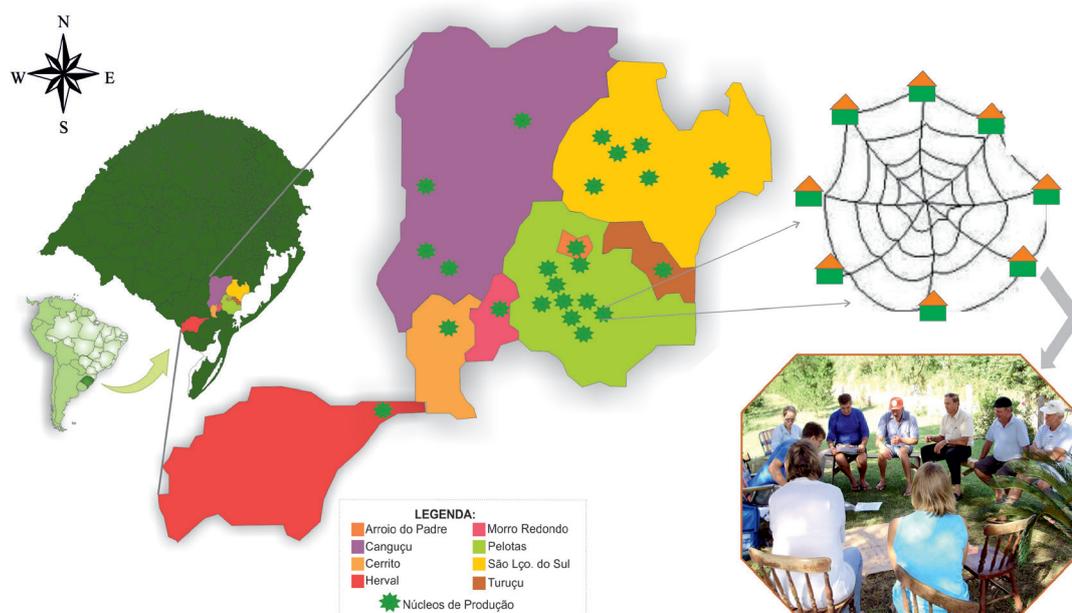


Figura 01: Esquema ilustrativo indicando a posição geográfica e a organização socioespacial da Cooperativa Sul Ecológica, ressaltando um de seus núcleos produtivos.

Fonte: Becker, Andersson e Medeiros (2013);

Outrossim, no parágrafo primeiro, o Estatuto Social da Sul Ecológica determina que,

para alcançar os seus objetivos, a Cooperativa, de acordo com os seus recursos disponíveis, promoverá: a) a comercialização da produção agropecuária ecológica dos seus associados, conforme critérios de seu regimento interno e demais normas que vier a adotar em Assembléia; b) o apoio à produção agropecuária agroecológica e sustentável; c) a troca de experiências e capacitação técnica e organizativa dos seus associados; d) planejamento e programas de produção de seus associados; e) a busca de alternativas que viabilizam a industrialização e comercialização de **produtos ecológicos**; f) palestras, cursos e outros eventos que divulguem a agricultura familiar e ecológica; g) a obtenção dos insumos necessários e aceitos para a produção ecológica; h) a melhoria da qualidade de vida dos seus associados; i) atividades sociais, culturais e educacionais para fortalecer a integração e o cooperativismo do quadro social. j) a produção e engarrafamento de sucos não fermentados e não alcoólicos. l) a produção e processamento de doces em calda, conservas, e schmier de frutas e legumes (SUL ECOLÓGICA, 2001 – *grifos nossos*).

Como vimos, a entidade faz uso da expressão “produto ecológico” ao invés de “produto orgânico”, pois entende desenvolver uma agricultura ecológica sob a égide da Agroecologia, e não apenas uma agricultura de mera substituição de insumos (de químicos para orgânicos). No entanto, a mesma reconhece a legalidade da expressão “produto orgânico” (Lei Federal n.º 10.831/2003) em relação ao produto ecológico, sendo cada vez mais presente em suas dinâmicas a alteração da nomenclatura utilizada, especialmente em projetos de PAA e PNAE.

Para a Cooperativa Sul Ecológica, o conhecimento tradicional (empírico do local de produção e reprodução das famílias integradas), somado ao conhecimento técnico-científico, possibilita a criação de práticas e vivências por todos os sujeitos envolvidos no processo de geração de tecnologias (técnicos, agricultores, consumidores). Dessa forma, a busca de alternativas concretas à organização, produção, processamento e comercialização são embasadas em valores e princípios de respeito ao ambiente, de solidariedade, de cooperação, de respeito às diferenças, de resgate da cultura local, de valorização dos seres humanos e da vida. Assim, se apresenta como organismo propulsor de atividades e trabalhos fundamentados em princípios sólidos e objetivos, procedendo em conformidade com o cotidiano dos agricultores familiares ecologistas.

Do mesmo modo como a Sul Ecológica se compromete com seus associados, a fim de garantir os processos desde a produção até a comercialização dos produtos ecológicos por eles cultivados, os sócios também têm compromissos legalmente firmados com a cooperativa. Dentre os principais compromissos dos sócios para com a Cooperativa, salienta-se a participação ativa na vida societária e empresarial; a denúncia sobre impedimentos nas deliberações e/ou operação; o conhecimento passado para o Conselho de Administração e/ou Fiscal a respeito de qualquer irregularidade que atente contra a Lei, o Estatuto e os objetivos da organização; o zelo pelo patrimônio moral e material, colocando os interesses da coletividade acima dos

interesses individuais; a participação nas reuniões e atividades dos grupos, cumprindo suas deliberações e, participar das Assembléias Gerais, entre outros.

Ressalta-se que a entrada de novos sócios somente ocorre por meio de reunião do grupo de agricultores familiares de base ecológica. A partir do interesse de novo sócio em participar das dinâmicas da Sul Ecológica, um dos técnicos da cooperativa, juntamente com o representante do grupo, faz uma visita à propriedade do candidato. Estando a propriedade em conformidade com os ditames do Estatuto Social e com o Regimento Interno da cooperativa, bem como com as determinações legais da produção orgânica, seu nome é pautado em Reunião do Conselho de Administração para deliberação.

O Conselho de Administração da Cooperativa Sul Ecológica, renovado a cada três anos, é formado pelos integrantes da diretoria da cooperativa (presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário) e por cada representante dos 24 grupos ecológicos, mais os técnicos. Além do Conselho de Administração, a Sul Ecológica também conta com um Conselho Fiscal e um Conselho de Ética, sendo todos formados por agricultores familiares de base ecológica sócios da cooperativa e técnicos da área de agronomia, nutrição, sociologia, etc. – há integração técnica entre as equipes da Cooperativa Sul Ecológica e do CAPA (Fig. 02).



Figura 02: Estrutura da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.

Fonte: Adaptado de Gotuzzo (2009).

No que tange à equipe técnica que atua com a cooperativa, há que se considerar que essa contribui para a promoção do desenvolvimento rural, enfatizando processos endógenos, adotando uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia (CAPORAL e RAMOS, 2006). A equipe técnica atua, sobretudo, como mediadora de saberes e conhecimentos, impulsionando o desenvolvimento das comunidades rurais, ao fortalecer relações sociais não só entre os agricultores familiares de base ecológica, mas com todos os atores envolvidos.

Neste sentido, como argumenta Becker *et al.* (2007), o trabalho cooperativo entre agricultores e técnicos é o único capaz de imprimir uma nova dinâmica no enfrentamento aos desafios impostos ao segmento da agricultura familiar de base

ecológica, auxiliando, simultaneamente, na capacitação e no exercício da cidadania por parte dos seus cooperados. A esse respeito, Saggiommo (2010) salienta que a cooperação se movimenta através das ideias de emancipação não apenas política, onde o amadurecimento da sociedade é pautado em premissas e necessidades individuais numa lógica unilateral, mas em ideias de emancipação humana, possibilitando a formação de uma sociedade capaz de romper com a estrutura do capital e se reorganizar num nível intelectual e prático, de forma que contemple outras relações entre homem/natureza – próprios dos agricultores familiares de base ecológica da Cooperativa Sul Ecológica.

4 | A CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL (OCS)

A Sul Ecológica é uma cooperativa que congrega agricultores familiares de base ecológica dos municípios ao entorno de Pelotas/RS e conta, nos dias de hoje, com uma sede (Pelotas) e um ponto de venda direta ao consumidor. Na opinião de Becker *et al.* (2007), esse ponto de venda é um local de feira permanente, onde os consumidores podem encontrar uma ampla variedade de alimentos ecológicos produzidos pelos agricultores familiares ecologistas de toda a região.

Além da loja localizada na sede da cooperativa, a comercialização em feiras-livres e restaurantes fazem parte do cronograma de fornecimento de produtos por parte da Sul Ecológica. Outro mercado em que a mesma opera, e vem se destacando, são os mercados institucionais que, mesmo sendo fenômeno recente, no caso da cooperativa, ela já se mobilizava através de um projeto piloto junto aos municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul desde o ano de 2001, no sentido de garantir o acesso, por parte dos agricultores familiares de base ecológica, a mercados diferenciados. Nos dias atuais, a cooperativa está envolvida nos mercados institucionais através do PAA, nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar, e do PNAE, também nos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, além dos municípios de Capão do Leão, Rio Grande, Morro Redondo e Jaguarão.

Analisando a inserção da Sul Ecológica frente aos processos de comercialização, se entende que a mesma realiza fundamentalmente a venda direta, visto que tanto as operações realizadas na loja quanto nas feiras são organizadas pelos agricultores familiares de base ecológica que conformam a cooperativa. No que toca à venda direta vinculada aos mercados institucionais (PAA e PNAE), se entende que este ocorre por intermédio da relação direta entre agricultores e consumidores finais.

Assim, as atuações da Cooperativa Sul Ecológica, somadas ao seu interesse em participar dos mercados, incluindo aí os institucionais, como o PAA e PNAE, fomentaram a formalização de uma OSC junto ao MAPA, através do Convênio Nº 720783/2009/MAPA. Para efetivar práticas de controle social, as famílias rurais de base ecológica e a Cooperativa Sul Ecológica buscam ações coletivas, principalmente de proximidade e

territorialidade, não desmerecendo as ações solidárias e complementárias. Outrossim, exercem o controle social na venda direta, sendo o agricultor familiar de base ecológica partícipe ativo da Organização de Controle Social (OCS) cadastrada no MAPA.

Para formalizar uma OCS na base da cooperativa, realizaram-se visitas às unidades produtivas dos agricultores familiares de base ecológica, a fim de preencher o “Cadastro da Unidade Produtiva”. Neste, constam: o nome do associado à Sul Ecológica e demais informações pessoais, como CPF (Cadastro de Pessoa Física) e número da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), o endereço da propriedade familiar rural, produtos cultivados em sistemas de base ecológica, previsão da produção anual e locais de comercialização, bem como um croqui indicando a localização da propriedade e situando as áreas de produção orgânica na mesma.

Além do preenchimento do citado cadastro, cada família assinou um “Termo de Compromisso com a Qualidade Orgânica”. Como no cadastro consta apenas a assinatura de um dos integrantes da família, o termo de compromisso contemplou os demais envolvidos na produção Agroecológica, qual sejam, os demais integrantes da família.

A partir do Estatuto e do Regimento Interno da Sul Ecológica, bem como das considerações dos agricultores familiares de base ecológica durante as reuniões dos grupos e do Conselho de Administração, elaborou-se um “Plano de Controle Social”. Neste plano constam todas as informações a respeito dos procedimentos adotados pelos participantes, tanto dos processos produtivos, quanto da comercialização dos alimentos orgânicos.

No momento em que a Sul Ecológica estava com a documentação em conformidade com as exigências legais, concernentes à Lei Federal n.º 10.831/2003 e suas instruções normativas, solicitou-se, junto ao MAPA, a criação de uma OCS. A par do exposto, finalmente, em 02 de junho de 2011, a Cooperativa Sul Ecológica e os 100 (cem) agricultores familiares de base ecológica contemplados pelo Projeto de Certificação receberam, das mãos do fiscal agropecuário do MAPA no estado do Rio Grande do Sul, José Cléber, suas respectivas “Declarações de Produtor Orgânico” cadastrados na OCS-RS 03.

É importante explicar, ainda, que os agricultores familiares de base ecológica da OCS – RS 03, inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos no site do MAPA, estão legalmente habilitados a comercializar seus produtos como orgânicos, pela modalidade de venda direta, aos mercados, inclusive os institucionais, em que o produto não venha a ser revendido.

Neste interim, destaca-se que os procedimentos para a obtenção da certificação orgânica não se encerraram com a obtenção da nomeada declaração. Em verdade, mantêm-se em ações contínuas e regulares, tendo por norte a manutenção dos espaços de reuniões nos núcleos, nos Conselhos de Administração, entre outros, que dão a tônica para o controle social (ver configuração da cooperativa nas figuras 01 e 02).

Disto resulta a importância de que todos os procedimentos da OCS - RS 03/Sul Ecológica se desenvolvam em parceria com os agricultores familiares ecologistas, técnicos, entidades e consumidores. Com este intuito, realizam-se seminários, especialmente nos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, para que as informações a respeito das exigências legais e das elaborações recomendadas à certificação sejam democraticamente repassadas aos interessados, quer seja, aos agricultores familiares de base ecológica e os consumidores finais.

Por fim, é importante evidenciar a relevância, quando das elaborações de uma OCS, da atualização anual das informações postas no formulário para o “Cadastro da Unidade Produtiva”. Quer dizer, todos os anos, para manter as declarações válidas, tanto os agricultores familiares de base ecológica, quanto a cooperativa, representada como OCS – RS 03, precisam atualizar as informações junto ao MAPA.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos adotados pelos sujeitos que compõem a Cooperativa Sul Ecológica para a formulação das ações voltadas à regularização da produção orgânica, e que culminaram na construção da OCS-RS 03, não alteraram as relações existentes e já construídas pelos agricultores familiares de base ecológica no decorrer dos anos. Com a formalização da OCS, os custos despendidos para uma possível certificação se tornaram irrelevantes, haja vista que a mesma se assenta na base social da Cooperativa Sul Ecológica, não onerando custos aos seus cooperados.

Ademais, o comprometimento dos agricultores de base ecológica da OCS – RS 03 com ações para além da simples troca de insumos químicos por orgânicos estabeleceu e manteve as relações de proximidade e reciprocidade entre produtores e consumidores, garantindo, dessa forma, a qualidade orgânica dos produtos pelo controle social.

A imersão na realidade concreta da Cooperativa Sul Ecológica possibilita afirmar que esse mecanismo de garantia da qualidade orgânica dos produtos cultivados (controle social para venda direta) proporciona um elevado grau de independência dos agricultores familiares, sendo eles os principais responsáveis pelo processo de certificação. Além disso, a OCS valoriza as ações produtivas e reprodutivas dos agricultores familiares de base ecológica, pois comprova, através de documento, a condição orgânica (ou melhor, agroecológica) de sua produção.

A partir do protagonismo apresentado por todos que integram a Cooperativa Sul Ecológica, percebe-se a existência de um novo e possível caminho a percorrer. Este poderá culminar, cada vez mais, tanto no empoderamento da agricultura familiar como, e não menos obstatante, no fortalecimento da produção de base ecológica.

Percebe-se que, nos últimos anos, o aumento do volume de produtos ecológicos demandados repercutem positivamente nas famílias integradas à Cooperativa Sul

Ecológica, quer seja na obtenção de qualidade de vida, do dinamismo econômico ou do conforto mínimo. O comportamento mais construtivo buscado pelos agricultores familiares de base ecológica ao integrarem a cooperativa é abrir horizontes em que a aprendizagem e a inovação sejam a tônica a relações de desenvolvimento local, ampliando suas capacidades, oportunidades e liberdades individuais e coletivas.

É significativamente oportuna a união de diversos setores da sociedade para a construção e efetivação de debates acerca da produção de alimentos saudáveis – caso aqui apresentado. O intuito com este tipo de ação é culminar no avanço das questões que tratem primordialmente sobre a qualidade e quantidade da produção orgânica de gêneros alimentícios e, também, na alteração das relações de produção e consumo.

REFERÊNCIAS

ANDERSSON *et al.* A produção de base ecológica no território zona sul do Estado do Rio Grande do Sul: Controle social e protagonismo na agricultura familiar. **Revista de la Facultad de Agronomía**, La Plata, v. 112 (SIAL), 2013, p. 62-72;

ANDERSSON, F. S. **O processo de certificação de hortaliças na Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.**: um estudo de 2011, 132f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2011.

BECKER, C. *et al.* Agroecologia, agricultura familiar e cooperação: a experiência da Cooperativa Sul Ecológica. In: Congresso de Iniciação Científica, 16, 2007, Pelotas. **Anais do XVI Congresso de Iniciação Científica**, Pelotas, 2007;

BECKER, C. **Mercados institucionais e agricultura familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul.** 2011. 128f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas;

BECKER, C.; ANDERSSON, F. S.; MEDEIROS, P. Inovação e controle social na produção e comercialização de alimentos ecológicos: institucionalizando a confiança?. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 02, 2013, p. 18-21;

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, Capítulo IV, Seção I, parágrafo único. Disponível no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 02 de mai. de 2013;

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica.** Coordenação de Agroecologia – MAPA/ACS. Brasília, 1ª Ed, p. 56. 2008;

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** 1 ed. Brasília: MDA/SAF, 2009, 30 p.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, Z. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf>. Acesso em: 16/11/2010;

- GOTUZZO, G. L. **O papel das organizações de economia solidária na promoção da sustentabilidade dos agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas.** 2009. 205 f.. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas;
- GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Teses FEE, n.14, 1990, 209p;
- GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**, Porto Alegre: 2009. Palestra oral, 2009;
- SAGGIOMO, T. G. **As atribuições/trabalho do técnico social na realidade camponesa: um estudo de caso no Assentamento Conquista da Liberdade.** 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas;
- SALAMONI, G. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: O caso da comunidade pomerana de Pelotas. In: **História em revista**, vol. 7, dezembro, 2001. p. 25-42;
- SOUZA, C.; GOMES DE MOURA, L. H. Orgânicos na alimentação escolar: a agricultura familiar alimentando o saber. **Cartilha. Ministério do Desenvolvimento Agrário**, FNDE/PNAE, p. 25, 2010;
- SUL ECOLÓGICA. **Estatuto Social.** Acesso em janeiro de 2001;
- VIAN, C. E.; SACCO DOS ANJOS, F. Caminhos e descaminhos da produção orgânica: Duas experiências de certificação no sudeste e no sul do Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 45., 2007, Londrina. **Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER.** Londrina, 2007. Palestra.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-130-5

